

# SESSÕES DO PLENÁRIO

**87ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 12 de setembro de 2012.**

**PRESIDENTE: DEP. FÁTIMA NUNES *AD HOC***

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gildásio Penedo, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luiz Augusto, Luizinho Sobral, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sgt. Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (52)

A Srª PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Leitura do expediente.

(A Srª Presidenta procede à leitura do expediente.)

## OFÍCIOS

**Da Dep. Cláudia Oliveira, comunicando sua ausência das sessões nos dias 27, 28 e 29/08/2012, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.**

**Do Dep. Temóteo Brito, comunicando sua ausência da sessão no dia 22/08/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato**

**parlamentar.**

**Do Dep. Carlos Brasileiro , comunicando sua ausência das sessões nos dias 09, 13, 22 e 29/08/2012, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.**

**Do Dep. Paulo Rangel, comunicando sua ausência das sessões nos dias 03, 04 e 05/09/2012, devido a problemas de saúde conforme atestado anexo.**

## **PEQUENO EXPEDIENTE**

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Gildásio Penedo Filho.

**O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa presente, senhores presentes às Galerias Deputado Paulo Jackson, a minha abordagem de hoje segue também uma linha já defendida por nós nesta semana em relação a uma cobrança mais efetiva da Bancada federal nordestina, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado.

Temos visto constantemente uma iniciativa exitosa da presidente Dilma Rousseff, no sentido de poder manter a economia brasileira aquecida, principalmente neste momento de turbulência econômica externa, priorizando a política de concessão de incentivos fiscais. Uma das suas linhas de atuação tem-se pautado na concessão do Imposto sobre Produtos Industrializados para linhas específicas, como a automobilística e a de produtos eletrodomésticos.

E tem tido, sim, um alcance positivo, na medida que há um aumento considerável das vendas desses setores e conseqüentemente a manutenção dos empregos dessa cadeia importante, principalmente a automobilística, no Sudeste, mas que tem trazido algumas conseqüências graves para os pequenos municípios e os Estados do Nordeste, pois essa base de concessão, que é o IPI, tem como foco principal as transferências constitucionais, seja o FPE – Fundo de Participação dos Estados, ou o FPM, que é o Fundo de Participação dos Municípios.

A grande composição, deputado Carlos Geilson, é formada justamente pelo IPI e pelo Imposto de Renda. Com essa concessão, acaba-se, de certa forma, gerando dificuldade a esses municípios, principalmente no Nordeste, que têm na sua grande maioria como composição principal esses impostos, essas transferências. Portanto, tem tido um impacto grande em relação às municipalidades.

Há municípios, por exemplo, no interior da Bahia, que tiveram neste mês de setembro redução de mais de até 50% em relação ao que recebia nesse mesmo período no ano passado, causando também uma grande dificuldade para manutenção, inclusive, do custeio operacional da máquina pública municipal, como folha de pagamento e também o pagamento de energia elétrica de postos de saúde que gera, de fato, uma gravidade muito grande.

Vimos, ontem, também, com muita alegria, nesta linha da presidenta Dilma, um esforço na redução de algumas tarifas que compõem o cálculo para a composição do valor da energia, principalmente da energia industrial, até porque é uma atitude

importante. O custo da eletrificação, em nosso País, é, de fato, sobre-humano. E havia uma pressão muito grande do setor industrial para a redução desse componente importante da atividade industrial.

Só para citar como exemplo, deputado Álvaro Gomes, enquanto o custo da energia no Brasil é em torno de R\$ 80,00 por quilowatt, nos Estados Unidos esse valor é 35% mais barato, deputado Carlos Geilson. Na América do Sul, há países, por exemplo, que têm um custo, neste setor energético, de mais de 50% a menor que no Brasil. Então, praticamente, acaba dificultando a competitividade da indústria brasileira.

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Para concluir, deputado.

**O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:-** Mas, por outro lado, tudo na vida há o controverso. À medida que a presidenta também avança nessa linha, vai, sobretudo, diminuindo o repasse dos impostos, deputada Fátima Nunes, para os municípios e estados nordestinos; principalmente aqueles que têm a base energética como matriz da composição orçamentária de sua receita. Este é o caso da Bahia também. Veja, deputada Fátima Nunes, grande parte do ICMS do nosso estado – principal receita própria do estado baiano, da matriz que compõe este importante tributo – está dividido nas áreas petrolífera, setor energético e telecomunicações.

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Para concluir, deputado.

**O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:-** Então à medida que se cria esse tipo de isenção, vai, conseqüentemente, impactar, de forma muito grande, a economia e os cofres públicos, principalmente desses estados que têm este tipo de incremento como base de composição tributária.

Portanto são medidas muito importantes. Isso mostra o esforço da presidente Dilma no sentido de tornar a economia aquecida; em contraponto a essa desaceleração que percebemos, hoje, em países europeus. Contudo, efetivamente, tais medidas geram algum impacto. De fato, o esforço é válido e é salutar.

Entretanto temos de dividir esta conta, até porque também já há um sacrifício muito grande dos entes federativos na medida em que grande parte da arrecadação nacional é dividida. Observem, 70% vão para o governo federal; 20% vão para os estados e, apenas, 10% vão para os municípios.

Logo é importante que se façam medidas dessa natureza. Mas é importante, também, que o governo federal, como grande concentrador das riquezas nacionais, tenha o cuidado de, neste momento, em vez de fazer medidas compensatórias, faça, também, medidas emergenciais para não mais atingir as já combalidas finanças públicas dos municípios e dos estados nordestinos, uma vez que, efetivamente, ficam, sempre, à mercê dos chamados convênios voluntários ou transferências voluntárias.

Deputada Maria del Carmen, V.Ex<sup>a</sup> foi presidente de um organismo e sabe da dependência quase vital desses organismos na dependência de um empréstimo junto aos organismos federais e às instituições financeiras para poder viabilizar tais investimentos tão necessários e importantes para uma região que precisa sempre ser olhada com carinho e com atenção do governo federal por conta, como disse, desse papel quase centralizador das finanças e do bolo tributário do País.

Este é o apelo que faço. De um lado, há as iniciativas da presidente Dilma que merecem os nossos aplausos em relação a tais tentativas de esforço do aquecimento da economia e da manutenção principalmente dos empregos dessas cadeias produtivas importantes. Mas, por outro lado, é importante, também, ter a noção exata de que não são só os municípios e os estados da região Nordeste quem têm de arcar com este problema sério de queda em suas receitas mensais.

Isso, efetivamente, acaba nos afastando ainda mais da realidade do Sul e Sudeste. Na verdade, como já dizia o grande jurista Ruy Barbosa: “Não se pode fazer igualdade senão tratando de forma desigual os que são desiguais”. E não há dúvida de que temos, por força de toda uma história construída ao longo dos anos, uma desigualdade flagrante entre os estados do Norte e Nordeste com a realidade que se vê na região Sudeste do Brasil.

É este o apelo que faço no intuito de chamar a atenção da bancada federal em Brasília nas pessoas dos deputados federais e senadores para, também, tentar fazer o esforço de levantar esta bandeira neste momento importante que as economias baiana e brasileira vivem.

Muito obrigado pela tolerância demasiada da presidenta Fátima Nunes.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr<sup>a</sup> PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes. (Pausa.) Na ausência deste, com a palavra o deputado Carlos Geilson.

**O Sr. CARLOS GEILSON:-** Sr. Presidente Álvaro Gomes, que ocupa agora a cadeira de presidente, deputada Maria del Carmem, solitária, do lado esquerdo do Plenário; do outro lado, o deputado Zé Neto. De qualquer forma, vêm aqui cumprir a sua missão.

Mas subo à tribuna para relatar uma denúncia que recebi da cidade de Esplanada. Chamo a atenção da Secretaria da Segurança Pública para averiguar a verdade dessa denúncia. O delegado titular Luciano Lima, de Entre Rios, é candidato a vereador em Esplanada. E as denúncias que chegaram a mim é que ele está ameaçando os eleitores: ou vota nele ou ele mete na chave, na cadeia. Aproveita os incautos para fazer todo tipo de ameaça.

Então, solicito à Secretaria da Segurança Pública que veja se, de fato, esse delegado se afastou do cargo para se candidatar, o que é o correto, e se está acontecendo isso na cidade de Esplanada. Se estiver ocorrendo, além de ser um caso para ser analisado com muito carinho pela Secretaria de Segurança Pública, e também para ser apurado pela Justiça Eleitoral, já que ele está amedrontando, coagindo os eleitores: ou vota com ele ou, então, ele mete na cadeia.

Deputado Zé Neto, como é que vai? Vestiu a sua gravata vermelha, e a deputada Maria del Carmem vestiu a camisa. Agora, dia 08 de outubro a camisa vai estar um pouco amarelada, a gravata esverdeada.

Aí está a denúncia e eu peço a apuração através da Secretaria da Segurança Pública do Estado.

Hoje o site Bahia Notícia traz uma outra para fazer rir tal o baratino desse

governo Jaques Wagner, que se juntou ao prefeito de Camaçari Luiz Caetano. Prestem atenção:

(Lê) “Prefeitura de Camaçari e Secretaria da Indústria entram em conflito de informações sobre instalação de fábrica

Não se sabe se Camaçari receberá uma fábrica de ônibus ou caminhões. O mistério está no ar porque os sites da Secretaria da Indústria Comércio e Mineração do Estado da Bahia (SICM) e da prefeitura de Camaçari entraram em conflito de informações ao anunciar a instalação de uma indústria chinesa na cidade. Enquanto o da prefeitura de Camaçari anunciou que uma unidade da Foton Motor Group fabricará carros de passeio, vans e caminhões, e que um protocolo de intenções faria a oficialização da implantação nesta sexta-feira (14), uma notícia veiculada pela SICM, no dia 10 de agosto, informou que um anúncio sobre uma montadora chinesa que fabricará ônibus e o protocolo seria anunciado no dia 15 de setembro.

A Foton Motor Group produz diversos veículos, mas segundo o gerente executivo comercial Marcos Leandro, a seção do grupo que ele representa no Brasil não tem nenhuma relação com as fabricantes de máquinas pesadas, carros de passeio e ônibus. "Ficamos surpresos ao ver informações sobre fábrica de caminhões da Foton em Camaçari. Vamos ter uma fábrica no Brasil, mas não há local definido, pode ser na Bahia inclusive, mas a definição será no final do ano", conta o gerente executivo comercial da Foton Caminhões no Brasil.”

Ou seja, o Bahia Notícias tentou falar com o prefeito de Camaçari e não conseguiu. Sabe o que está acontecendo? É o afã de querer atrair o eleitor e acaba dando notícias falsas, mentirosas, um verdadeiro baratino, tentando enganar, tentando ludibriar o eleitor de Camaçari. O prefeito, lá, está perdido com o candidato Ademar Salgado e quer a todo instante criar fatos, factoides, e o governo do Estado embarca em uma informação, está no site da Secretaria de Indústria e Comércio uma notícia, no site da prefeitura uma outra notícia, e agora tanto o governo quanto o prefeito de Camaçari foram desmentidos pelo gerente dessa fábrica. É um verdadeiro baratino esse governo. Pelo amor de Deus!

Agora, como mentira tem perna curta, meu caro deputado Leur Lomanto, hoje foram desmascarados pelo gerente da empresa que a fábrica pode até vir para a Bahia, mas não tem nenhuma definição até agora, e vamos torcer para que venha!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes pelo tempo de 5 minutos.

**A Sr<sup>a</sup> FÁTIMA NUNES:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados e deputadas, queria registrar nesta tarde, neste Pequeno Expediente, a minha satisfação por ter sido convidada pela Faculdade FTC para discutir um tema que naturalmente não é muito apresentado nas universidades, não é muito apresentado também na mídia, muito menos, às vezes, nesta Casa, a não ser quando os próprios movimentos vêm aqui

participar trazendo as suas reivindicações. Portanto, achei de muita relevância e quero parabenizar aqueles alunos, estudantes de direito do 5º até o 9º semestre, entre aqueles alunos estava um amigo nosso da minha cidade, Cícero Dantas, o Léo, jovem batalhador lá do sertão que já está no 8º semestre.

Nessa noite de ontem discutimos o tema os movimentos sociais: o que são esses movimentos, o que eles tratam, como eles se organizam. No meu caso específico fui tratar do movimento que sou originária, que é da pastoral rural, que luta pela terra, pela possibilidade da convivência com vida digna no interior, no sertão, onde os homens e as mulheres possam trabalhar, produzir, abastecer o comércio local e até exportar os seus produtos, os alimentos, cuidando e zelando do meio ambiente e também levando o pão para a mesa de todos os brasileiros, gerando oportunidade de trabalho e de renda, que é a maior finalidade da agricultura familiar.

Portanto, a concentração de terra neste país é muito alta, desde que outros de outros países aqui ocuparam e tomaram conta dessas terras, de modo que os brasileiros e brasileiras, os deserdados da terra desde o tempo da abolição da escravidão, porque em um dia eles eram empregados dos engenhos e no outro dia eles eram sem-terra, sem-teto e sem-trabalho, desde esse período que muitos brasileiros ficaram lutando para garantir o seu pedaço de chão, a sua possibilidade de viver. E nós que somos também defensores de que as pessoas possam continuar vivendo bem, com dignidade, com cidadania, com oportunidades no seu interior, até para evitar o que foi, por um período neste Brasil um acontecimento dramático, que foi o inchaço das cidades grandes, que muitos e muitas vieram para Salvador, São Paulo, Camaçari, Rio de Janeiro em busca de oportunidade de emprego e muitas vezes não conseguiram e estão aqui hoje, passando um apertado danado com seus filhos, às vezes tendo que desviar por caminhos não tão bons como a gente de vez em quando vê nas páginas dos jornais, mas também sentimos no nosso coração a tristeza de muitas mães que nos ligam, e pedem uma oportunidade para tirar os filhos dos descaminhos daquilo que não foi tão bom. Então, esse foi um debate muito rico, ontem, na universidade, o direito à terra, o direito à água e disse na oportunidade, para aquela juventude, que é muito bom que os advogados, os doutores que conheçam as leis, usem a lei, percebam que a lei deve favorecer o desenvolvimento da humanidade. E, nunca, que a lei seja usada friamente sem perceber que por uma canetada de um juiz, de um doutor, passam vidas que precisam, muitas vezes, ter melhores condições de vida.

Eu disse isso com base, muitas vezes, em projetos sociais que vão aqui no governo do Estado da Bahia, de secretarias em secretarias atendendo as ordens da burocracia, as exigências da lei, até chegar na PGE e, muitas vezes, por uma canetada, como aconteceu com o Programa de Um milhão de Cisternas, quase por pouco esse programa era interrompido. Precisou que um advogado mostrasse que a água é um direito de todos, que é um dever do estado e encontrasse no artigo da Constituição, esse parágrafo para derrubar o parecer de um outro advogado que queria interromper o projeto nas procuradorias federais.

Portanto, a lei é muito importante para possibilitar que as ações do governo em

diversas áreas possam chegar ao benefício social da nossa população. E, tivemos a oportunidade, também, de assistir um grupo que veio do bairro da Paz apresentar seus trabalhos sociais. Parabéns para aquela juventude e na sua linguagem cultural, artística, mímica de meninos e meninas, mostraram que no bairro da Paz, eles não querem apenas os soldados, eles querem também os programas sociais do nosso governo para favorecer a nossa juventude e encontrar uma forma de viver, mesmo na simplicidade e nos poucos recursos, as condições de vida com alegria e satisfação.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra a deputada Maria del Carmen, pelo tempo de 5 minutos.

**A Sr<sup>a</sup> MARIA DEL CARMEN:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Taquígrafas, senhores que nos assistem na *TV Assembleia*, companheiros desta Casa que sempre estão conosco no trabalho diário da Assembleia Legislativa, subo a esta tribuna, Sr. Presidente, deputado Álvaro Gomes, para comunicar aos demais colegas deputados que amanhã estaremos fazendo uma sessão especial para debater a pós-ocupação nos diversos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida, já entregues.

Esse programa vitorioso que já construiu no Brasil um milhão de casas na primeira etapa Minha Casa, Minha Vida, que tem como meta a construção de 2 milhões, era inicialmente mais 2 milhões de unidades habitacionais e que a nossa presidente Dilma já ampliou para mais 400 milhões. Então, agora já são 2 milhões e 400 mil unidades habitacionais até 2014. Já contratadas nessa segunda etapa do Programa Minha Casa, Minha Vida 2, um milhão de unidades habitacionais, precisa e tem necessidade de uma articulação e é isso que se tenta, cada vez mais, aproximar essa articulação entre os municípios, o governo do estado e a Caixa Econômica Federal, que é o braço operacional desse programa, que é oriundo do Ministério das Cidades.

Essas unidades habitacionais que vêm sendo entregues nos diversos municípios da Bahia precisam, dos dirigentes municipais, dos órgãos municipais, de atenção especial para que as famílias selecionadas que serão atendidas por essas unidades habitacionais sejam preparadas para, a partir do momento em que receberem as chaves da sua nova casa, possam viver em condomínio, seja horizontal ou vertical, como são as unidades dos prédios residenciais que existem em Feira de Santana, em Salvador, Vitória da Conquista e em muitos outros municípios de médio porte em que a opção foi a construção verticalizada.

A medição do consumo individual de água para cada residência das construções verticalizadas é obrigatória, hoje, em todas as unidades habitacionais dos programas de interesse social como é a medição individual para a energia elétrica. Embora os gastos com a energia sejam com tarifa social e os gastos com a água também seja com tarifa social, algumas despesas têm que ser rateadas entre os diversos membros desse condomínio daquele bloco, daquele edifício, como é o caso

da energia gasta para bombear água do reservatório inferior para o reservatório superior, bem como a energia gasta para a iluminação das escadas que dão acesso a todas unidades residenciais daquele bloco.

Portanto é preciso que essas famílias identifiquem, conheçam, tomem ciência, sejam preparadas de que viver em condomínio é diferente de viver na sua unidade. E que, a partir do momento, em que recebem a sua unidade residencial, essas famílias passam a ter obrigações que muitas vezes anteriormente não possuíam, porque muitas dessas famílias tinham luz de gato, água de gato, não pagavam absolutamente nada pelas unidades em que viviam, e algumas delas, cozinham até, por incrível que possa parecer, com lenha, deputado, porque não tinham acesso ao custo bujão de gás e, no momento em que moram num edifício isso é impossível de continuar acontecendo. Então essas famílias têm que ser preparadas.

Amanhã pela manhã, teremos aqui a representação da Caixa Econômica, do Ministério das Cidades, do governo do Estado através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano, do município de Salvador e dos quatro grandes movimentos sociais que lutam pela moradia. Debateremos as dificuldades, os problemas inerentes a esse novo momento em que vivem as famílias a partir do dia em que recebem as suas casas.

Portanto convido as Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados e a sociedade para estar presente aqui para que possamos debater esse assunto, inclusive com os investimentos que deverão ser feitos pelos diversos municípios na geração de renda para as novas residências dessas famílias.

Agradecendo a sua tolerância, Sr. Presidente, espero que tenhamos uma bela sessão especial e que possamos, a partir dessa sessão, encaminhar orientações e definições para o Conselho Estadual das Cidades de onde deverão ser encaminhadas ao governo do Estado como recomendação para sua implementação.

Obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado José de Arimatéia pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:-** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, todos que nos assistem através da *TV Assembleia*, hoje pela manhã, participei, no Centro de Convenções, da abertura do Fórum Nordeste de Gestão em Saúde através do qual o Dr. Jorge Solla, Secretário da Saúde do governo do Estado está mobilizando todos, não só do Estado da Bahia, mas também do Nordeste, onde está sendo realizado o Fórum Nordeste de Gestão em Saúde. E nesse Fórum foi também assinado um compromisso para que haja uma mobilização no Estado, do movimento que já está sendo feito em outros estados, como Minas Gerais, onde no mês passado participei do lançamento da caravana da saúde, Assine Mais Saúde, em Minas Gerais. Aqui na Bahia estão fazendo, deputado e Dr. Alan Sanches, Assine Mais 10, é a campanha que o governo do Estado lançou hoje nesse Fórum Nordeste de Gestão em Saúde.

Então, como presidente da Comissão de Saúde não poderia ficar de fora, concordando e também assinando esse pacto para que nós, da Comissão de Saúde, possamos pegar as assinaturas das pessoas que nos apoiam. O que significa Assine Mais 10? Significa que o Governo Federal pode colocar no orçamento 10% da receita bruta para a saúde. O objetivo é esse, inclusive lá em Minas Gerais a meta é conseguir 1 milhão e 500 mil assinaturas. Esse projeto de lei é de iniciativa popular, é suprapartidário e o Dr. Jorge Solla juntamente com médicos, hospitais filantrópicos e toda a sociedade civil organizada realmente estão abraçando essa causa. Acreditando que quando o Brasil todo se mobilizar por essa causa, nós temos a certeza que o Governo Federal estará encontrando uma forma de beneficiar os estados e, conseqüentemente, os municípios. O objetivo é que 10% da receita do Brasil, do orçamento da União, seja direcionado para a saúde. Então, foi assinado hoje no Centro de Convenções.

O Fórum começou hoje, dia 12, e o encerramento será no dia 14, se o deputado Alan Sanches puder passar lá e, segundo o Dr. Jorge Solla, dia 14 o Ministro da Saúde também vai estar aqui na cidade de Salvador inaugurando mais uma UPA, na Suburbana, conseqüentemente estará participando do encerramento desse Fórum Nordeste de Gestão em Saúde. Foi realmente muito importante e a Bahia tem a sua contribuição a dar, porque temos acompanhado o dia a dia dos municípios e a maior reclamação é de que precisa mais investimento na saúde.

Sabemos que o governo do Estado nesses 6 anos tem feito muito pela saúde da Bahia. Hoje, a saúde da Bahia é totalmente diferente do que era antes, já houve um avanço. E com esse trabalho de mobilização desse projeto de lei, que é de iniciativa popular, com certeza vai ganhar forças, porque o Assine Mais Saúde como também Saúde Mais 10 estarão pegando milhares de assinaturas do povo baiano e também de todo o povo brasileiro.

Era só isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Alan Sanches pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. ALAN SANCHES:-** Sr. Presidente, demais presentes nesta sessão, neste Plenário, neste dia de quarta-feira, V.Ex<sup>a</sup>, deputado José de Arimatéia, já tem a minha assinatura. Serei signatário e também sairei recolhendo assinaturas porque acho que o Estado da Bahia e o Brasil precisam realmente aumentar o seu percentual obrigatório de aplicação do orçamento na saúde. Se com essa obrigação de 15% já está acontecendo isso, então temos de buscar melhorias nesse orçamento.

Além disso, o gestor principal, no caso, Dr. Jorge Solla, deveria também escolher bem seus técnicos. Não é possível que aconteçam fatos como o de ontem, quando me deparei com uma pessoa me cobrando porque estava faltando medicamento para fibrose cística. Ora, a população realmente não tem condição de comprar medicação nesse valor, em torno de R\$ 6 mil.

Não é possível que seja necessária uma grande mobilização de pacientes, com

a divulgação de tais ocorrências na imprensa, para que o diretor de Assistência à Saúde Farmacêutica vá aos órgãos de comunicação dizer que essa medicação chegará na próxima semana. É necessário isso? Será que esses gestores não conhecem suas obrigações? Disseram que não puderam comprar porque estavam adquirindo medicação para combater o câncer. Pelo amor de Deus, isso não é planejamento, é invenção, é amadorismo. Nem sei nome do diretor, mas não é possível que se tenha de recorrer à imprensa falada, escrita e televisiva para se ter acesso a uma medicação que evite que seu filho venha a ter um problema maior.

Tratando agora de outro tema, quero dizer que percorri, hoje, as cidades de Feira de Santana, Alagoinhas e Araçás. Pois bem, tive uma reunião, na semana passada, com o atual secretário do Planejamento e ex- presidente da Petrobras, quando pedi a conclusão da estrada que vai de Araçás a Entre Rios, na qual foram realizados em torno de 22 quilômetros, faltando apenas 12 para o seu término. Infelizmente, não é com o secretário de Infraestrutura, Otto Alencar – para mim, o secretário mais diligente, atencioso e produtivo do governador Jaques Wagner –, não é da alçada dele, mas de um convênio com a BR da Petrobras.

Só que esse convênio foi suspenso, por isso as pessoas que transitam naquela região, inclusive a deputada Fátima, que é votada lá, ficam prejudicadas, porque precisam dar a volta, indo por Alagoinhas, Catu e outras cidades, quando poderiam fazer um percurso muito menor se esses 12 quilômetros, que já começaram a ser feitos, fossem concluídos. Apelo à BR para que termine essa estrada, na medida em que tanto benefício proporcionará ao povo da Bahia, principalmente aos moradores daquela região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, do PCdoB, pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. ÁLVARO GOMES:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de fazer um pequeno comentário sobre um tema que sempre é abordado aqui na Assembleia Legislativa. Refiro-me ao Mapa da Violência de 2012, que mostra o número de homicídios no Brasil, nos estados, nas capitais e nas regiões metropolitanas. São dados com base no Ministério da Saúde e no IBGE.

O número de homicídios na nossa capital, em 2000, foi de 315; já em 2006 foi de 1.187. Houve, nesse período, um crescimento de 276,8%. Em 2007 assume o governador Jaques Wagner 2007 assume o governador Jaques Wagner, e em 2007 o número de homicídios foi de 1.357, e em 2010 foi de 1.484. Nesse período, de 2006 a 2010, o crescimento da violência em Salvador foi de 25%.

Evidente que aqui são quatro anos de governo Jaques Wagner e, no caso, aqui são seis anos, considerando a partir de 2000. Mas, ainda assim, a diferença é muito grande, incalculável. No caso do Estado da Bahia, a diferença é um pouco menor, mas não deixa de ser uma grande diferença.

Os cálculos do número de homicídios no Estado da Bahia em 2000 era de

1.223 homicídios; já em 2006, o número de homicídios pulou para 3.278, significando o crescimento de 168%, portanto um crescimento extraordinário, insuportável.

Em 2007, esse crescimento continua, ou seja, pula de 3.278 para 3.614, e em 2010 esse número chega a 5.288 homicídios. Ora, de 2000 a 2006, o crescimento foi de 168% no Estado da Bahia, e de 2006 a 2010 o crescimento foi de 61,3%. Portanto, o crescimento da violência no governo Jaques Wagner foi infinitamente menor do que o crescimento da violência nos governos anteriores, no governo de Paulo Souto e nos governos carlistas.

Esse discurso que a Oposição sempre faz aqui, na realidade, não corresponde com a verdade, porque aqui são números e dados objetivos do Mapa da Violência de 2012, com base no SUS, IBGE... São números fidedignos que estamos registrando aqui.

Por isso, quero fazer este registro com base no Mapa da Violência de 2012.

Sr. Presidente, considerando que neste exato momento estamos aqui só eu, a deputada Maria del Carmen, V.Ex<sup>a</sup> e o deputado Coronel Gilberto, quatro deputados, solicito a V.Ex<sup>a</sup> uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- V.Ex<sup>a</sup> será atendido.

Como não existe número suficiente para dar continuidade à presente sessão, só havendo quatro Srs. Deputados, declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*